

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS COROATÁ
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

RAYANE KATLEN DOS SANTOS

LEI LUCAS: Análise do conhecimento Teórico-Prático em Primeiros Socorros entre
Professores das séries iniciais de uma escola do interior do Maranhão

Coroatá-MA

2025

RAYANE KATLEN DOS SANTOS

LEI LUCAS: Análise do conhecimento Teórico-Prático em Primeiros Socorros entre Professores das séries iniciais de uma escola do interior do Maranhão

Monografia apresentada ao curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção de grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Me. Matheus Henrique da Silva Lemos.

Coroatá-MA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Rayane Katlen dos.

Lei Lucas: análise do conhecimento teórico-prático em primeiros socorros entre professores das séries iniciais de uma Instituição Escolar/ Rayane Katlen dos Santos. – Coroaá, MA, 2025.

57f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Enfermagem Bacharelado) – Universidade Estadual do Maranhão, Campus Coroaá, 2025.

Orientador: Prof. Me. Matheus Henrique da Silva Lemos.

1. Primeiros Socorros. 2. Lei Lucas. 3. Capacitação de Professores. I. Título.

CDU: 37.011.3-051:373.3

RAYANE KATLEN DOS SANTOS

LEI LUCAS: Análise do conhecimento Teórico-Prático em Primeiros Socorros entre
Professores das séries iniciais de uma escola do interior do Maranhão

Monografia apresentada ao curso de Enfermagem
da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,
para a obtenção de grau de Bacharel em
Enfermagem.

Orientador: Me. Matheus Henrique da Silva
Lemos.

Aprovado em: 11/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS
Data: 25/07/2025 10:30:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Matheus Henrique da Silva Lemos (Orientador)

Mestre em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí - UFPI

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
CHARLES NONATO DA CUNHA SANTOS
Data: 23/07/2025 16:07:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Esp. Charles Nonato da Cunha Santos

Especialista em Urgência, Emergência e Atendimento Pré – Hospitalar

Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente
LARISSA DE MENEZES COSTA
Data: 23/07/2025 08:38:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Esp. Larissa de Menezes Costa

Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Dedico este trabalho a todos que acreditaram em mim ao longo desta jornada. A Deus, pelos caminhos percorridos. Aos meus pais, pelo amor incondicional e apoio. Ao meu namorado, pelo incentivo, paciência e carinho em cada etapa. Embora este, traga o meu nome, para mim ele sempre refletirá o nome de cada um de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, à princípio, a Deus, meu refúgio. Nos momentos mais desafiadores, quando as forças pareciam faltar, foi em Ti que encontrei coragem para prosseguir. Obrigada por me abençoar com saúde, discernimento e por nunca jamais me desamparar. Tudo o que sou e tudo o que conquistei é reflexo da Tua infinita graça.

Agradeço com muito amor, aos meus pais Raimundo Nonato e Maria do Amparo, meus maiores exemplos de coragem e dedicação, sou eternamente grata. Pai, obrigada por me ensinar sobre força, responsabilidade e valores que carrego comigo diariamente. Mãe, obrigada por ser meu colo, minha maior incentivadora e por sempre acreditar em mim. Vocês foram o alicerce que sustentaram minhas conquistas.

À pessoa que ocupa um lugar especial no meu coração, Elenilson Rodrigues, meu companheiro de vida e de sonhos, expresso minha gratidão por cada palavra de incentivo e cada abraço que me acalmou nos momentos de medo. Você foi meu equilíbrio e a pessoa que mais acreditou no meu potencial. Obrigado por enxergar em mim a força que, por vezes, eu mesma não via. Sua paciência, carinho e ajuda tornaram esta caminhada mais leve e significativa.

Às minhas cachorras, Zuzy e a eterna Zoy, minhas companheiras de todas as horas. O amor incondicional de vocês tornou meus dias mais leves e felizes. Obrigada por me ensinarem, todos os dias, que a vida é feita de afeto, presença e simplicidade.

Expresso minha gratidão ao meu orientador, Mestre Matheus Lemos, cuja sabedoria, humanidade, dedicação e paixão pelo que faz foram essenciais para a realização deste trabalho. Agradeço por todo o apoio e ensinamentos que me proporcionaram crescimento que ultrapassaram o âmbito acadêmico. É motivo de orgulho ser orientada por um docente da minha cidade, amplamente reconhecido como referência em sua área de atuação.

Aos meus colegas, minha gratidão é infinita. Emily, sua lealdade e palavras de encorajamento me deram forças em tantas ocasiões. Thiago, obrigada por me fazer rir nos dias mais difíceis e por ser sempre um amigo tão presente. Cristina, sua paciência e palavras sábias fizeram toda a diferença. Cada um de vocês tornou este percurso mais significativa, levo comigo a alegria de ter compartilhado essa caminhada com pessoas tão especiais.

Por fim, agradeço à universidade por ser o espaço onde cresci como estudante e como pessoa. Onde vivi experiências marcantes e enfrentei desafios que me moldaram. Sou grata por todo o aprendizado e por ser o espaço onde sonhos, como o meu, puderam ser cultivados e realizados. Meu agradecimento também, aos docentes e preceptores de estágio, cujos ensinamentos e incentivos foram essenciais para minha formação como profissional.

*‘A virtude de quem corre atrás
de um sonho é paciência ...’*

Kamisa 10

RESUMO

O Suporte Básico de Vida (SBV) é crucial para manter vítimas estáveis em situações de emergência até a chegada de socorro especializado, mas sua prática ainda é limitada entre leigos. Para suprir a falta de preparo nas escolas, a Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018) impõe a obrigatoriedade de treinamento em primeiros socorros (PS) para os profissionais da educação, visando evitar maiores complicações. Como o ambiente escolar é propenso a ocorrências que podem comprometer a segurança dos alunos, a preparação dos educadores é essencial, garantindo proteção e a capacidade de resposta eficiente em momentos de emergência, beneficiando toda a comunidade escolar. O Objetivo geral do estudo foi avaliar o nível de conhecimento em primeiros socorros dos professores dos anos iniciais em uma unidade escolar localizada em um município do interior do estado do Maranhão. Trata-se de uma pesquisa-ação, realizada em três etapas, com questionários antes e após um treinamento em primeiros socorros, aplicado aos professores do Colégio Diocesano de Coroatá – Dom Reinaldo Pünder. Incluindo 22 professores de ambos os sexos que atuam há mais de um ano em atividades docentes em instituições públicas ou privadas, especificamente nas turmas de ensino fundamental dos anos iniciais, que correspondem do 1º ao 5º ano. Os dados obtidos foram analisados manualmente, a fim de verificar possíveis danos à sua integridade física ou qualquer fator que compromettesse a leitura das informações. Posteriormente, foram tabulados, em formato digital, por meio do software Microsoft Excel, versão 2021. Os resultados evidenciaram que os professores participantes, apesar da sólida formação e longa experiência na área educacional, demonstram fragilidade quanto ao conhecimento e capacitação em primeiros socorros. A ausência de treinamentos nas instituições e o desconhecimento da Lei Lucas são evidentes. Situações de urgência são frequentemente presenciadas, mas as reações são marcadas por insegurança e nervosismo. Após a capacitação, observou-se melhora significativa nas condutas frente a emergências escolares. Evidenciando também a necessidade de infraestrutura mínima, como kits de primeiros socorros acessíveis. Conclui-se que, há urgência de capacitar profissionais da educação para agir diante de emergências escolares. A pesquisa, pioneira na região, evidencia a importância da Lei nº 13.722/2018 e a necessidade de capacitações que sejam contínuas. Destaca-se ainda o papel das instituições e gestores na promoção de políticas de segurança escolar, recomendando-se, portanto, a ampliação dos estudos e a garantia de recursos adequados para uma educação segura e integrada.

Palavras chave: Primeiros socorros; Lei Lucas; Capacitação de professores.

ABSTRACT

Basic Life Support (BLS) is crucial to keep victims stable in emergency situations until specialized help arrives, but its practice is still limited among laypeople. To address the lack of preparation in schools, the Lucas Law (Law No. 13,722/2018) imposes mandatory first aid (PH) training for education professionals, aiming to avoid further complications. Since the school environment is prone to occurrences that can compromise student safety, the preparation of educators is essential, ensuring protection and the ability to respond efficiently in times of emergency, benefiting the entire school community. The general objective of the study was to assess the level of first aid knowledge of early grade teachers in a school unit located in a municipality in the interior of the state of Maranhão. This is an action research, carried out in three stages, with questionnaires before and after first aid training, applied to teachers at the Diocesan College of Coroatá – Dom Reinaldo Pünder. Including 22 teachers of both sexes who have been working for more than a year in teaching activities in public or private institutions, specifically in elementary school classes in the initial years, which correspond to the 1st to 5th grade. The data obtained were analyzed manually in order to verify possible damage to their physical integrity or any factor that compromised the reading of the information. Subsequently, they were tabulated in digital format using Microsoft Excel software, version 2021. The results showed that the participating teachers, despite their solid training and long experience in the educational field, demonstrate weaknesses in terms of knowledge and training in first aid. The lack of training in the institutions and the lack of knowledge of the Lucas Law are evident. Emergency situations are frequently witnessed, but reactions are marked by insecurity and nervousness. After the training, a significant improvement was observed in behaviors when faced with school emergencies. Also highlighting the need for minimum infrastructure, such as accessible first aid kits. It is concluded that there is an urgent need to train education professionals to act in the face of school emergencies. The research, a pioneer in the region, highlights the importance of Law No. 13,722/2018 and the need for ongoing training. The role of institutions and managers in promoting school safety policies is also highlighted, and it is therefore recommended that studies be expanded and adequate resources be guaranteed for safe and integrated education.

Keywords: First aid; Lucas Law; Teacher training.

LISTA DE SIGLAS

AHA – American Heart Association

BLS – Basic Life Support

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CNS – Conferência Nacional de Saúde

DEA – Desfibrilador Externo Automático

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJAI – Educação de Jovens Adultos e Idosos

OVACE – Obstrução de Vias Aéreas por corpos estranhos

PCR – Parada Cardiorrespiratória

PS – Primeiros Socorros

PSE – Programa Saúde da Família

RCP – Reanimação Cardiopulmonar

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SAV – Suporte Avançado de Vida

SBV – Suporte Básico de Vida

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Suporte básico de vida.....	16
2.2 Lei Lucas	17
2.3 A importância da Educação em saúde nas Escolas	18
3 MATERIAL E MÉTODOS	21
3.1 Tipo de estudo	21
3.2 Local de estudo	21
3.3 População do estudo	21
3.4 Critérios de inclusão e exclusão.....	22
3.5 Coleta de dados	22
3.6 Análise de dados	23
3.7 Aspectos Éticos e legais	23
4 RESULTADOS	25
5 DISCUSSÃO	30
6 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES	41
ANEXOS	49

1 INTRODUÇÃO

O Suporte Básico de Vida (SBV) é um amontoado de ações e procedimentos usados como meio de preservar a vida de um indivíduo quando exposta ao perigo, visando garantir sua sobrevivência até que chegue a ajuda profissional. Em pequenas cidades, pode-se observar a limitação ou até mesmo inexistência de assistência quando relacionado aos serviços de transporte especializado (Nascimento et al. 2022).

O SBV consiste em uma série de intervenções importantes e complexas que exigem competência e procedimentos específicos, apesar que na maioria das vezes ser realizada por profissionais da saúde, essa função também pode ser destinada a outras pessoas, isso quando capacitados em Primeiros Socorros e confiantes em relação ao uso de técnicas adequadas. No entanto, essas medidas devem ser realizadas de maneira temporária com intuito de resguardar as chances de sobrevivência do indivíduo e reduzir danos, sendo indispensável buscar assistência médica especializada após esse socorro (Bessa et al. 2023).

Os Primeiros Socorros se dão por uma assistência eficaz, quando manejada de forma assertiva e rápida, ou seja, logo após os primeiros minutos do ocorrido, tendo presença de lesões visíveis ou não, podendo ser realizado por uma pessoa da área da saúde ou que tenha conhecimentos básicos e práticos no assunto em questão, no qual poderá preservar a vida do indivíduo até a chegada do Serviço Médico de Urgência (SAMU), para a continuidade do atendimento (Lima et al. 2021).

Ter habilidades em socorros imediatos é de extrema importância ao ajudar alguém em um acidente ou mal súbito, entretanto, são poucas as pessoas que obtêm domínio apropriado para realizar, e saber o que fazer e não fazer em situações de emergência, é fundamental para quem presta socorro. No entanto, esse conhecimento ainda se é limitado apenas a grupos específicos, não sendo amplamente compartilhado entre a população em geral, restringindo quase sempre a prestadores especializados em serviços de saúde (Correia et al. 2024).

A lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018, foi elaborada com intuito de diminuir os casos de mortalidade infantil devido á consequências de exposição em situações relativamente comuns no dia a dia, como exemplos dos engasgos. Ela impõe que seja ofertado para os colaboradores da educação, que exercem funções em setores públicos e privados e de recreação infantil, a capacitação em noções básicas de primeiros socorros (Brasil, 2018).

Quando no convívio educativo, os menores estão suscetíveis a frequentes situações de ocorrência, desde pequenos cortes e arranhões até episódios bem mais graves, e o corpo escolar ao presenciarem e serem a figura adulta mais próximos destes, tem o dever de tomar as

primeiras providencias no local do incidente, exercendo uma grande significância quanto provedores de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos (Oliveira et al. 2021).

O estatuto da criança e do adolescente (ECA), estabelece em parágrafo único, por meio da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que todo menor deve ter seus direitos à vida e segurança resguardados, principalmente quando referente à prestação de socorro, independentemente de qual cenário ele esteja envolvido, isso inclui o espaço educacional (Brasil, 2022).

O ensino e aprendizado dos primeiros socorros no ambiente escolar é de extrema importância, pois contribui para a preparação da equipe, e até mesmo dos alunos, para lidar com uma variedade de situações imprevistas. Ao fornecer esse conhecimento, a comunidade escolar torna-se mais apta a responder rapidamente a situações de emergência, proporcionando estabilidade da situação e não comprometendo ainda mais a saúde da vítima (Loureiro et al. 2022).

Diante das necessidades emergentes relacionadas aos primeiros socorros nas escolas, torna-se imprescindível a implementação de uma formação sólida e abrangente para os profissionais desses órgãos, de modo que seja feita de maneira interprofissional, integrando tanto os aspectos teóricos quanto práticos, para que assim seja possível assegurar que esses profissionais possam lidar com as necessidades urgentes de saúde da forma correta e segura em casos de acidentes ou emergências dentro do ambiente escolar (Cruz et al. 2024).

A Educação em saúde tem o compromisso crucial em proporcionar aos indivíduos, conhecimentos necessários para avaliar sua saúde e propiciar a adesão de medidas positivas, que poderão ser essenciais para promover bem estar e até mesmo contribuindo para salvamento de vidas, como nos primeiros socorros, pois quanto mais conhecimentos se obtém, menos praticas errôneas serão realizadas, visando evitar o agravamento do problema (Cruz et al. 2022).

Diante desse contexto, notou-se a necessidade da seguinte indagação: Qual é o nível de conhecimento dos professores das séries iniciais sobre a Lei Lucas e o atendimento a situações de urgência e emergência no ambiente escolar?

Desta forma, este estudo teve como objetivo geral: Avaliar o nível de conhecimento em primeiros socorros dos professores dos anos iniciais em uma unidade escolar localizada em um município do interior do estado do Maranhão. Foram definidos, por conseguinte, os seguintes objetivos específicos: Identificar a importância do conhecimento dos professores sobre a Lei nº 13.722; Relatar as atitudes adotadas aos participantes mediante situações que demandam primeiros socorros; Apresentar os conhecimentos e atitudes de professores diante de práticas de primeiros socorros; Mediar acesso a práticas e ajuste do conhecimento dos participantes as práticas de primeiros socorros.

O ambiente escolar é onde os alunos permanecem grande parte do dia, sendo um espaço predisposto a ocorrer várias emergências, tornando essencial que as escolas assumam a responsabilidade pela segurança dos estudantes. Dada a frequência e a complexidade dessas situações, essa pesquisa visa avaliar o conhecimento que detêm os professores sobre a existência e requisitos estabelecidos na Lei nº 13.722, bem como identificar as experiências em primeiros socorros, e as necessidades de formação.

Este estudo irá engrandecer a literatura acadêmica ao explorar o conhecimento dos docentes sobre a Lei Lucas, e a estimular novas pesquisas acerca da preparação dos educadores para situações de socorro. Demonstra-se também, interesse em chamar a atenção das autoridades para a fiscalização da legislação nas escolas e promover futuras iniciativas de qualificação dos profissionais da educação, bem como, posteriormente da população, visando estabelecer uma comunidade mais segura.

A importância deste estudo reside em diligenciar reflexões sobre políticas educacionais e de saúde, como o Programa Saúde na Escola (PSE), e destacar a necessidade de ambientes escolares mais esclarecidos de seus direitos e deveres. Além disso, a pesquisa reflete a necessidade de melhorar o sistema educacional e a saúde em geral, destacando a relevância de informações precisas sobre o acionamento de serviços de saúde e o aprimoramento das práticas de primeiros socorros nas escolas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Suporte básico de vida

O Suporte Básico de Vida (SBV) refere-se a um conjunto de ações na qual qualquer sujeito tem a capacidade de realizar quando devidamente treinados, tendo como finalidade estabilizar as vias respiratórias e circulatórias do indivíduo instável (Resende et al. 2019).

Desenvolvido pela American Heart Association (AHA), o Basic Life Support (BLS) como conhecido em outros países, é um protocolo presente e usado no Brasil com a intenção de ser a primeira assistência prestada no local do incidente de forma a preservar a vida do paciente até a chegada da equipe de emergência, utilizando procedimentos específicos, essas habilidades podem ser desenvolvidas por qualquer indivíduo que esteja disposto (Souza et al. 2024).

A importância da realização do SBV se dá devido à rapidez em que a vítima que sofreu uma Parada Cardiorrespiratória (PCR) pode ter sua vida comprometida, visto que ele minimiza os riscos de morte de 3% a 4% por minuto, sendo assim, é indispensável que o prestador desse socorro aja de forma rápida e eficaz, com intuito de resguardar cada segundo e minimizar os agravos sofridos desse paciente, seja essa assistência sendo prestada nos espaços fora ou dentro do ambiente hospitalar (Santos et al. 2019).

Caracterizada por uma parada repentina da circulação, consequentemente induzindo um estado de inconsciência, a PCR é uma das responsáveis por comprometer o estado de saúde e bem estar e levar inúmeras vítimas a falência, desse modo, com a finalidade de modificar o cenário de mortalidade de indivíduos vítimas de parada é apresentado um conjunto de ações a serem seguidas, denominada como cadeia de sobrevivência (Santos, 2019).

A sequência de procedimentos da cadeia de sobrevivência pode ser utilizada nos ambientes pré-hospitalares quanto hospitalares, e se divide em 5 momentos importantes durante o SBV, processo fundamental a ser aplicado na ressuscitação de pacientes durante uma parada cardíaca. O primeiro elo se destaca por reconhecer que a pessoa se encontra em uma PCR e a solicitação imediata do serviço médico de emergência, logo depois deve-se realizar o protocolo de ressuscitação cardiopulmonar, com execução das compressões e ventilações, bem como a rápida desfibrilação com o Desfibrilador Automático Externo (DEA), o passo seguinte se refere ao Suporte Avançado de Vida (SAV) e por último temos os cuidados pós-PCR (Sé et al. 2019).

Essas intervenções básicas de emergências necessitam ser realizadas imediatamente, objetivando a redução dos danos, podendo ser prestadas até por um leigo que dispõe de algum

conhecimento considerável acerca do assunto e apoio de ambas as mãos, enquanto o Serviço de atendimento médico de urgência (SAMU) encaminha-se ao local para dar continuidade no atendimento (Ribeiro; Esteves, 2024).

A Parada Cardiorrespiratória é uma ocorrência que na grande parte ocorrem em lugares públicos, sendo acometidas fora do contexto hospitalar, como exemplo: praças e vias públicas, portanto é crucial compreender e dominar o SBV, pois isso pode fazer a diferença no salvamento da vida dos pacientes, uma vez que, o público presente que poderá se deparar com esses acontecimentos na maioria das vezes se reporta a um leigo no assunto (Silva et al. 2021).

Algumas características da RCP são essenciais para torná-la eficaz no salvamento de vidas quando em PCR, e elas ainda fazem parte do “hands-only CPR” que se caracteriza pelo manejo do SBV em RCP usando apenas as mãos, ou seja, apenas com as compressões torácicas. Manter a frequência das compressões de 100 a 120 por minuto, profundidade mínima de 5 cm (adultos e crianças) ou 4 cm (bebês), observar sempre a movimentação realizada pelo tórax, e atentar-se em não exceder a quantidade de ventilações (Rosa et al. 2020).

2.2 Lei Lucas

O menino Lucas Begalli teve sua vida ceifada precocemente durante um passeio escolar após se engasgar com um fragmento de salsicha de cachorro quente e não ter recebido os socorros necessários de imediato, sofrendo repetidas paradas cardíacas após a chegada no hospital, não resistindo e acabou indo a óbito. Diante disso, ressalta-se o quanto a assistência após os acontecimentos dessas ocorrências se torna primordial, haja vista que o tempo é crucial para obter manter o paciente estável (Rosário et al. 2023).

A morte do seu filho único, Lucas, foi a grande motivação da mãe Alessandra Begalli, a impulsionar a criação da Lei nº 13.722, mais precisamente conhecida como Lei Lucas, após constatar que se o menino estivesse recebido atendimento imediato no local do acidente ele poderia ter sobrevivido ao ocorrido (Monteiro, 2023).

A lei nº 13.722, sancionada em de 4 de outubro de 2018, traz à tona a necessidade desenvolver seres capazes de agir corretamente diante de situações emergenciais, preservando a responsabilidade dentro da comunidade que se encontram, sendo assim, ela determina que os professores e funcionários da rede educacional sejam capacitados para agir perante ocorrências medicas (Mello et al. 2023).

É comprobatório pelo projeto de Lei da determinada norma, que maiores danos ocasionados por acidentes em menores teriam sido evitados se realizados atendimento inicial de emergência, com técnicas básicas e necessárias, visto isso, a habilitação dos profissionais

que exercem funções nas instituições de ensino em Primeiros Socorros (PS), pode ser um meio de evitar prejuízos causados por falta de atenção ou negligência (Faleiros et al. 2021).

Está estabelecido nos incisos do Art. 1º da seguinte Lei que os cursos devem ser ministrados anualmente a uma boa parte de profissionais, desde que regulamentada a quantidade por tamanho da equipe ou números de alunos, sem que haja nenhum prejuízo nas atividades dos servidores. Destaca-se também no inciso 2 e 3 do Art. 2º, que essas instituições devem obter kits de primeiros socorros e possibilitar o fácil acesso a certificação comprobatória, com os nomes dos profissionais que realizaram as capacitações (Brasil, 2018).

Ainda constando nos Art. 4º e 7º da Lei Federal nº 13.722 (Brasil, 2018):

Art. 4º O não cumprimento das disposições desta Lei implicará a imposição das seguintes penalidades pela autoridade administrativa, no âmbito de sua competência:
I - Notificação de descumprimento da Lei;

II - Multa, aplicada em dobro em caso de reincidência;

III - em caso de nova reincidência, a cassação do alvará de funcionamento ou da autorização concedida pelo órgão de educação, quando se tratar de creche ou estabelecimento particular de ensino ou de recreação, ou a responsabilização patrimonial do agente público, quando se tratar de creche ou estabelecimento público.

Art. 7º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, incluídas pelo Poder Executivo nas propostas orçamentárias anuais e em seu plano plurianual.

De acordo com a legislação abordada, é compromisso das instituições escolares promover o treinamento em primeiros socorros do seu corpo de funcionários, por meio de profissionais especializados e capacitados no assunto. Contudo, ela deixa uma lacuna quando relacionado a carga horária necessária de ensino e qual método utilizar para trabalhar com o público (Cunha et al. 2021).

A Lei Lucas garantirá aos profissionais conhecimentos e preparos para agir de forma eficaz em situações de emergência, prevenindo agravamentos e mitigando danos tanto reversíveis quanto irreversíveis às vítimas (Reis, 2023).

2.3 A importância da educação em saúde nas escolas

A Educação em Saúde antiga, elencou no final dos anos 50 a construção de grupos sociais e posicionamentos contrários por parte da população que não aceitavam mais como era abordada essa ação, restringindo apenas a uma elite política e autoritária, e trabalhando somente questões de limpezas (Nascimento et al. 2021).

De acordo com o Glossário Temático: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Ministério da Saúde, 2013), a Educação em Saúde é compreendida como um conjunto de ações voltadas para o empoderamento das comunidades, com o objetivo de capacitá-las a participar de forma ativa e crítica nos debates e processos decisórios relacionados à saúde. Essas

iniciativas buscam promover a disseminação de informações precisas e a formação de indivíduos conscientes e responsáveis por sua própria saúde, desenvolvendo competências para a adoção de práticas saudáveis de acordo com suas necessidades, sem, contudo, objetivar sua transformação em profissionais de saúde.

O processo educativo em saúde se dá quando ocorre uma abordagem dinâmica e participativa, não sendo apenas só repassar conteúdos, bem como os educandos que não sejam apenas ouvintes, mas também propiciar compreensão crítica, tornando-os ativos quanto à partilha de conhecimentos, ideias e soluções referentes as demandas da saúde (Luquez et al. 2020).

Dito isso, a VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS) foi um evento de imensa relevância no cenário nacional. Ela busca contextualizar e aproximar essa temática com os alunos, de forma ampliada, destacando a saúde como um direito fundamental de todos os cidadãos e destaca a responsabilidade contínua no qual, cada indivíduo deve ter com a sua própria saúde, por toda a sua existência, sobre suas interações sociais e culturais (Malacarne; Rocha, 2023).

As escolas desempenham um papel crucial na educação em saúde, não se remetendo apenas ao ensino tradicional. Para manter isso, é essencial que projetos educativos que visem mudar comportamentos sejam implementados nesse ambiente, impactando a vida das pessoas por longos períodos. Integrar tecnologias nessas iniciativas é fundamental, pois fornece um meio educativo e dinâmico que facilita a compreensão do público alvo. É especialmente importante capacitar os jovens nesse ambiente, para disseminar esses conhecimentos na comunidade (Antonelli et al. 2023).

A Educação em Saúde é relevante para ampliar os conhecimentos e habilidades, sendo um meio capaz de incentivar a comunidade a refletir sobre as ações no cuidado com a saúde e prevenção de doenças e agravos, bem como quando, no contexto escolar, ela engloba atividades direcionadas a abordagem de temas relacionados à saúde (Procópio; Campos, 2021).

Em 2016, o Programa Saúde na Escola (PSE) foi estruturado em cinco componentes, traçando as responsabilidades municipais nas escolas. O Componente I visa coletar informações sobre o crescimento, desenvolvimento e bem-estar mental de crianças e adultos. O Componente II foca na educação dos estudantes para promover comportamentos saudáveis, visando ao bem-estar, à prevenção de doenças e às complicações de saúde. Dessa maneira, o PSE reconhece o quanto é fundamental abordar a saúde física, mental e emocional dos alunos na rotina escolar (Andrade et al. 2022).

O PSE propõe a aproximação entre os setores da educação e da saúde que, muitas vezes,

atuam de forma isolada, para que possam trabalhar juntos na solução de problemas locais. Nesse viés, profissionais de ambas as áreas reconhecem a importância do programa tanto para o ambiente escolar quanto para a ampliação do acesso aos serviços de saúde (Baroni; Silva, 2022).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa do tipo pesquisa-ação. De acordo com Gil (2023), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa que engloba a participação tanto dos pesquisadores quanto dos participantes, para que juntos possam identificar e resolver problemas específicos e coletivos por meio de ações práticas. No qual, além de contribuir com as comunidades de pesquisa, proporcionará, também, ação social.

De acordo com Silva, Oliveira e Ataídes (2021), a pesquisa-ação tem se mostrado amplamente utilizada por estudiosos, contribuindo para um maior entendimento dessa metodologia. Além de aprofundar o conhecimento teórico, ela também abrange as experiências práticas, o que tem gerado várias definições do conceito, reforçando a relevância desse tipo de estudo.

3.2 Local de estudo

A pesquisa foi elaborada na Cidade de Coroatá, situada no estado do Maranhão, com área territorial de 2.263.692 km². Em relação aos seus panoramas populacionais é composta por 59.566 habitantes (IBGE, 2022). No que diz respeito aos dados educacionais do município, em 2010, as taxas de escolarização foram de 95,9% em indivíduos de 6 a 14 anos de idade (IBGE, 2010). Assim, a coleta de dados se concretizou no Colégio Diocesano de Coroatá – Dom Reinaldo Pünder, instituição de ensino privado, fundada em 1980, localizada na Travessa Oscar Jansen, sem número, no centro da cidade, a escola contém parceria com a Igreja Católica Nossa Senhora da Piedade.

A instituição oferece os seguintes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e finais e Ensino Médio. A Educação Infantil é ministrada na sede no turno matutino e contém outro anexo no qual funciona matutino e vespertino. O Ensino Fundamental, tanto dos anos iniciais quanto dos finais, é ofertado nos turnos matutino e vespertino. Por sua vez, o Ensino Médio é disponibilizado exclusivamente no turno vespertino.

Atualmente, esta escola conta com 99 profissionais docentes, todos com formação pedagógica.

3.3 População do estudo

A população participante deste estudo consistiu em professores das séries iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Diocesano de Coroa – Dom Reinaldo Pünder. Atualmente, o referido colégio conta com um total de 62 professores que lecionam na educação infantil, 22 professores responsáveis pelos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental no turno vespertino e matutino, além de 15 professores que realizam suas atividades no Ensino médio, atuando no período vespertino.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Diante disso, os critérios de inclusão da pesquisa foram: professores de ambos os sexos, com mais de um ano de atuação em atividades docentes em instituições públicas ou privadas, desde que façam parte do corpo docente do referido colégio. Especificamente, foram incluídos docentes que lecionam nas turmas do Ensino Fundamental – anos iniciais que correspondem do 1º ao 5º ano, nos turnos matutino e vespertino.

Foram excluídos da pesquisa os professores que lecionam na Educação Infantil, no Ensino Fundamental – anos finais (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio, bem como aqueles com menos de um ano de atividade docente, os que se encontravam afastados, os que não manifestaram interesse em participar do estudo ou que não concordaram com os termos do consentimento livre e esclarecido (TCLE).

3.5 Coletas de Dados

A coleta de dados foi desenvolvida no mês de maio e só obteve início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Para a coleta de dados empregou-se como instrumento de pesquisa um questionário estruturado (APÊNDICE A), com perguntas fechadas, composto por questões equivalentes aos dados sociodemográficos dos professores que atuam na respectiva escola. Além disso, aplicou-se um segundo questionário (APÊNDICE B), composto por perguntas relacionadas aos conhecimentos dos docentes sobre primeiros socorros e sobre situações-problema que podem ser vivenciadas no ambiente escolar. O objetivo foi analisar os conhecimentos e as condutas dos participantes antes e após a capacitação ofertada.

Após a apresentação dos objetivos do estudo e a obtenção da autorização da instituição para a realização da pesquisa, iniciou-se a abordagem junto aos professores no turno matutino, com duração de quatro horas. Nessa ocasião, foram apresentados os detalhes do projeto e

distribuídos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE C) para assinatura dos participantes, sendo entregue uma via do documento a cada um dos envolvidos.

A pesquisa-ação foi conduzida em três etapas:

Etapa 1: Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram aplicados os questionários A e B, com a finalidade de coletar dados sociodemográficos e avaliar o nível de conhecimento prévio dos professores em relação aos primeiros socorros.

Etapa 2: Em seguida, após aplicabilidade dos questionários sociodemográfico, conhecimentos acerca dos primeiros socorros e situações – problemas, foi realizado um treinamento voltado para primeiros socorros, com foco em situações de emergência como síncope, crise convulsiva, parada cardiorrespiratória (PCR) e obstrução das vias aéreas por corpo estranho (OVACE).

Etapa 3: Depois da conclusão do treinamento, foi reaplicado o questionário B, a fim de avaliar o conhecimento adquirido pelos professores pós capacitação.

3.6 Análise de Dados

Inicialmente, os dados foram analisados manualmente, a fim de verificar possíveis danos à sua integridade física ou qualquer fator que comprometesse a leitura das informações. Posteriormente, foram tabulados em formato digital por meio do software Microsoft Excel, versão 2021. Na sequência, os dados foram processados no programa BioEstat, versão 5.0, o qual foi realizada a análise quantitativa e descritiva, utilizando frequências absolutas (n) e relativas (%), apresentadas por meio de tabelas.

3.7 Aspectos Éticos e Legais

O projeto foi devidamente registrado na Plataforma Brasil analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, que avaliou o atendimento aos princípios éticos relacionados ao estudo. Como resultado, obteve-se a autorização para a execução da pesquisa, com o número de parecer: 7.249.384 e CAAE: 84742124.4.0000.5554. Dessa forma, foram assegurados o respeito e a conformidade com os aspectos éticos estabelecidos nas resoluções no 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisa pode apresentar possíveis riscos, que podem incluir desconforto leve, sentimentos de constrangimento ou até mesmo medo, podendo estar associado tanto à realização de práticas de manobras que demandam esforço físico quanto à abordagem de

perguntas contidas no questionário. No entanto, esses riscos foram minimizados por meio da observância aos princípios éticos e normas, garantindo a possibilidade e liberdade do participante interromper a sua participação no estudo, se assim desejar. Além disso, o treinamento foi adaptado às limitações individuais de cada participante, permitindo que eles optem por não realizar atividades que causem desconforto ou dor. Todas as etapas foram acompanhadas por supervisão integral durante a realização das atividades.

Quanto aos possíveis benefícios, os resultados deste estudo poderão oferecer dados significativos sobre o conhecimento dos professores em relação à Lei Lucas, destacando as mudanças antes e após os treinamentos, e enfatizando a importância de oferecer novas oportunidades de formação. Além disso, permitirá identificar como a Lei nº 13.722/18 está sendo implementada nas escolas e proporcionará qualificação aos profissionais para lidar com situações de emergência envolvendo alunos, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. O estudo também ajudará a aprimorar as medidas de segurança nas escolas, assegurando que estejam bem preparadas para responder a emergências médicas.

Os participantes receberam informações detalhadas sobre todos os aspectos relevantes do estudo, incluindo os aspectos relativos à privacidade, confidencialidade e anonimato. Bem como, também foi assegurado o total direito de retirar o consentimento a qualquer momento, sem sofrerem qualquer tipo de punição. Além disso, foram plenamente informados sobre os objetivos, riscos e benefícios da pesquisa, assim como sobre os procedimentos realizados durante sua execução.

4 RESULTADOS

A Tabela 1 descreve o perfil sociodemográfico dos 22 professores participantes da pesquisa, considerando as variáveis: sexo, faixa etária, área de graduação, tempo de formação, tempo de atuação profissional e a existência de vínculo com outra instituição de ensino. No que se refere ao aspecto sexo, observou-se uma predominância do sexo feminino entre os respondentes, representando 77,3% do total de professores. Em relação à faixa etária, verificou-se que a maioria dos participantes possui mais de 40 anos, correspondendo a 59,1% do total.

Quanto à área de graduação, destacou-se a formação em Pedagogia, equivalendo 81,9% dos docentes. No que diz respeito ao tempo de formação, 68,2% dos professores concluíram a graduação há mais de sete anos.

Em relação ao tempo de atuação profissional, 31,8% afirmaram atuar na área há mais de 20 anos, evidenciando uma trajetória consolidada no campo educacional. Por fim, 63,6% dos participantes relataram manter vínculo com outra instituição de ensino.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos professores de 1º ao 5 ano do Colégio Diocesano de Coroatá - MA (N=22).

Sexo	n	%
Feminino	17	77,3%
Masculino	4	18,2 %
Não Informado	1	4,5 %
Faixa Etária	n	%
< 25 anos	1	4,5 %
25 a 30 anos	2	9,1 %
30 a 40 anos	6	27,3%
> 40 anos	13	59,1%
Graduação	n	%
Pedagogia	18	81,9%
Educação Física	2	9,1%
Geografia	1	4,5%
Filosofia	1	4,5%
Outras	0	0%
Tempo de Formação	n	%
< 7 anos	7	31,8%
> 7 anos	15	68,2%
Tempo de Serviço	n	%
< 5 anos	4	18,2%
5-9 anos	6	27,3%
10-14 anos	3	13,7%
15-19 anos	2	9%
> 20 anos	7	31,8%
Possui outro vínculo de Ensino?	n	%
Sim	8	36,4%
Não	14	63,6%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Os dados relacionados à experiência dos professores participantes, no que se refere ao conhecimento sobre primeiros socorros e à Lei Lucas, foram apresentados na Tabela 2. Relativo

à capacitação em primeiros socorros, observou-se que 86,4% dos participantes afirmaram não ter recebido nenhum tipo de treinamento na área, enquanto 13,6% declararam já ter participado de alguma formação sobre o tema.

Quanto à oferta de capacitações em primeiros socorros, 4,5% dos docentes relataram que sua escola já proporcionou algum tipo de formação nesse sentido. No entanto, a maioria expressiva dos professores (81,9%) indicou nunca ter observado qualquer ação formativa oferecida pela instituição em que atuam, enquanto 13,6% responderam não saber informar.

Em relação às situações de urgência já presenciadas pelos professores, 68,2% relataram ter testemunhado casos de desmaios, 50% presenciaram episódios de convulsões ou crises epiléticas e 41% vivenciaram situações envolvendo fraturas, entorses, luxações ou engasgos. Sobre as reações frente a essas situações, 54,5% afirmaram ter tentado prestar ajuda direta, enquanto 31,8% optaram por acionar imediatamente os serviços especializados de emergência.

Do ponto de vista emocional, o sentimento mais frequentemente relatado diante dessas situações foi o nervosismo, mencionado por 63,6% dos participantes. Cabe destacar que, devido à possibilidade de múltiplas respostas, considerando a vivência em diferentes ocorrências e a complexidade dos sentimentos envolvidos, um mesmo participante pôde selecionar mais de uma alternativa.

Quanto à disponibilidade de kits emergenciais, 68,2% dos participantes afirmaram ter conhecimento da presença de kits de primeiros socorros na instituição, entretanto, a maioria considera esses recursos insuficientes.

Por fim, quando questionados sobre o conhecimento específico dos objetivos da Lei Lucas, apenas 41% dos participantes responderam corretamente, indicando que a lei assegura a obrigatoriedade de treinamentos em primeiros socorros para os profissionais das instituições de ensino. Em contrapartida, 54,5% admitiram não saber responder.

Tabela 2 – Apresentação dos resultados referentes a experiência e conhecimento dos professores das séries iniciais acerca dos primeiros socorros e da Lei Lucas.

Você possui treinamento em primeiros socorros?	n	%
Sim	3	13,6%
Não	19	86,4%
Já foi oferecida alguma capacitação sobre primeiros socorros na unidade escolar onde você trabalha?	n	%
Sim	1	4,5%
Não	18	81,9%
Não sei	3	13,6%
Quais as situações de emergência você já presenciou:	n	%
Trauma	4	18,2%
Fratura, entorse ou luxações	9	41%
Engasgo	9	41%
Violência autoprovocada	2	9,1%
Parada cardiorrespiratória	2	9,1%
Desmaio	15	68,2%

Convulsão ou crise epiléptica	11	50%
Não presenciei	3	13,6%
Outra	0	0%
Qual foi sua reação diante dessas situações? (Se presenciado alguma situação de emergência)	n	%
Tentou ajudar	12	54,5%
Liguei para os pais	3	13,6%
Liguei para um serviço especializado	7	31,8%
Procurei ajuda de colegas	3	13,6%
Outra	0	0%
Qual seu sentimento a frente desses casos? (Se presenciado alguma situação de emergência)	n	%
Medo	5	22,7%
Nervoso (a)	14	63,6%
Calmo (a)	6	27,3%
Outro	0	0%
Você tem conhecimento da presença de kits emergenciais na escola que você trabalha?	n	%
Possui todos os equipamentos	1	4,5%
Possui, mas insuficiente	15	68,2%
Não possui	4	18,2%
Não sei	2	9,1%
A Lei Lucas visa garantir a segurança de crianças e adolescentes no âmbito escolar. Dentre as opções citadas, qual está presente na lei?	n	%
Estabelece que as aulas de primeiros socorros façam parte do currículo	0	0%
Exige que todas as escolas instalem sistemas de monitoramento de vídeo para garantir a segurança dos alunos durante o período escolar	1	4,5%
Garante que as escolas possuam treinamentos para funcionários sobre primeiros socorros	9	41%
Não sei responder	12	54,5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A Tabela 3 apresenta os dados obtidos a partir da avaliação das condutas dos professores diante de quatro situações-problemas hipotéticos relacionadas às emergências em ambiente escolar, avaliadas em dois momentos distintos: antes e após a capacitação em primeiros socorros. As situações analisadas foram: 1) Sinais de engasgo e dificuldade respiratória; 2) Aluna apresenta crise convulsiva durante a aula; 3) Aluno inconsciente, sem respirar e sem pulso (PCR); e 4) Aluna em episódio de síncope durante atividade ao ar livre.

Antes da capacitação, observou-se que, na situação 1, apenas 22,7% dos participantes apresentaram condutas adequadas, enquanto 59,1% deram respostas incorretas e 18,2% relataram não saber o que fazer. Na situação-problema 2, 54,5% dos docentes responderam corretamente, 27,3% de forma incorreta e 18,2% não souberam responder. Em relação a terceira problemática, 40,9% apresentaram condutas corretas, 36,4% responderam incorretamente e 22,7% não saberiam como agir. Por fim, na quarta situação, somente 27,3% responderam corretamente, enquanto 59,1% erraram e 13,6% demonstraram desconhecimento.

No momento pós-capacitação, constatou-se que, na situação 1, 72,7% responderam corretamente, 27,3% ainda apresentaram respostas inadequadas. A Situação 2 obteve 100% de acertos, com 22 participantes respondendo de forma correta. Para a Terceira Situação, 81,8% participantes responderam adequadamente, enquanto 18,2% ainda apresentaram respostas incorretas. Já na Situação 4, 72,7% docentes acertaram e 27,3% responderam de maneira incorreta, não havendo respostas de desconhecimento em nenhuma das situações.

Tabela 3 – Análise dos resultados com relação as ações dos professores das situações problemas nos momentos da pré-capacitação e pós-capacitação.

Situações – Problemas	Pré-capacitação			Pós-capacitação		
	Resposta	n	%	Resposta	n	%
Situação 1: Sinais de engasgo e dificuldade respiratória.	Correta	5	22,7%	Correta	16	72,7%
	Incorreta	13	59,1%	Incorreta	6	27,3%
	Não sabe	4	18,2%	Não sabe	0	0%
Situação 2: Aluna apresenta crise convulsiva durante a aula.	Correta	12	54,5%	Correta	22	100%
	Incorreta	6	27,3%	Incorreta	0	0%
	Não sabe	4	18,2%	Não sabe	0	0%
Situação 3: Aluno inconsciente, sem respirar e sem pulso (PCR).	Correta	9	40,9%	Correta	18	81,8%
	Incorreta	8	36,4%	Incorreta	4	18,2%
	Não sabe	5	22,7%	Não sabe	0	0%
Situação 4: Aluna em episódio de síncope durante atividade ao ar livre.	Correta	6	27,3%	Correta	16	72,7%
	Incorreta	13	59,1%	Incorreta	6	27,3%
	Não sabe	3	13,6%	Não sabe	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A Tabela 4 apresenta os resultados obtidos em mais quatro cenários simulados, avaliados antes e após a capacitação em primeiros socorros. As situações contempladas foram: Situação 5 – Aluna convulsiona, contorcendo-se em sala de aula; Situação 6 – Criança engasgada durante o recreio com ingestão de líquido; Situação 7 – Condutas de reanimação (RCP) em aluno com PCR; Situação 8 – Aluno desmaia apresentando palidez, durante atividade ao ar livre.

Antes da pré-capacitação, na Situação 5, 45,4% dos participantes adotaram a conduta correta, 40,9% apresentaram respostas inadequadas e 13,7% declararam não saber como proceder. Na Situação problema 6, 40,9% responderam corretamente, 27,2% forneceram respostas incorretas e 31,8% afirmaram não saber. Em relação à sétima situação - problema, 54,5% apresentaram respostas compatíveis com os protocolos de atendimento, não havendo registros de respostas incorretas, embora 45,5% tenham indicado desconhecimento sobre a conduta adequada. Por fim, na Situação 8, 27,3% adotaram a conduta correta, 54,5% responderam de forma inadequada e 18,2% declararam não saber como agir.

Enquanto na pós-capacitação, na Situação 5, apresentaram conduta correta 72,7% dos professores, 27,3% responderam de forma inadequada. Na problemática 6, 81,8% indicaram a resposta correta, com 18,2% registros de respostas incorretas. Na Situação 7, 86,4% apresentaram condutas compatíveis com as diretrizes de suporte básico de vida, enquanto 13,6% responderam de forma inadequada. Na última Situação, sendo a 8, cerca de 91% profissionais responderam corretamente e 9% apresentaram conduta inadequada. Também sem registros de desconhecimento em todas as situações.

Tabela 4 – Continuação da análise dos resultados com relação as ações dos professores das situações problemas nos momentos da pré-capacitação e pós-capacitação.

Situações – Problemas	Pré – capacitação			Pós – capacitação		
	Resposta	Nº	%	Resposta	Nº	%
Situação 5: Aluna convulsiona, contorcendo-se em sala de aula.	Correta	10	45,4%	Correta	16	72,7%
	Incorreta	9	40,9%	Incorreta	6	27,3%
	Não sabe	3	13,7%	Não sabe	0	0%
Situação 6: Criança engasgada no recreio, com ingestão de líquido.	Correta	9	40,9%	Correta	18	81,8%
	Incorreta	6	27,2%	Incorreta	4	18,2%
	Não sabe	7	31,8%	Não sabe	0	0%
Situação 7: Condutas de reanimação (RCP) em aluno com PCR.	Correta	12	54,5%	Correta	19	86,4%
	Incorreta	0	0%	Incorreta	3	13,6%
	Não sabe	10	45,5%	Não sabe	0	0%
Situação 8: Aluno desmaia apresentando palidez, durante atividade ao ar livre.	Correta	6	27,3%	Correta	20	91%
	Incorreta	12	54,5%	Incorreta	2	9%
	Não sabe	4	18,2%	Não sabe	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

5 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos evidenciam que grande parte dos docentes das instituições de ensino não possuem formação prática adequada em primeiros socorros, o que compromete a intervenção em situações de urgência no ambiente escolar. Verificou-se, ainda, que cerca de metade desconhecem os objetivos da Lei Lucas. Diante disso, torna-se urgente a implementação de programas de capacitação com aulas práticas voltadas aos professores. Essas ações visam prepará-los para identificar e agir corretamente em situações de risco à vida das crianças. A qualificação contínua é fundamental para garantir um ambiente escolar seguro e preventivo (Langwinski et al. 2023).

O perfil dos profissionais que compuseram o público-alvo da pesquisa revelou uma predominância do sexo feminino, com idade superior a 40 anos, atuando majoritariamente como pedagogas, profissão essa que, culturalmente, ainda é exercida em sua maioria por mulheres. Monte et al. (2025) e Ilha et al. (2021) ressaltam que isso se deve, em grande medida, ao fato de a sociedade associar as mulheres ao papel de educadoras natas, reforçando a ligação entre a figura materna e o ato de ensinar.

Observou-se que 68,2% das participantes possuem mais de sete anos de formação e 31,8% mais de 20 anos de experiência na área educacional, o que significa uma trajetória consolidada e significativa no contexto escolar. Entretanto, no que se refere ao conhecimento e à aplicação da legislação em foco, é possível que esses profissionais não tenham tido acesso a assuntos específicos sobre o tema durante sua formação inicial, considerando que se trata de uma legislação recente. Além disso, mais de 35% dos participantes mantêm vínculos com outras instituições de ensino, o que amplia sua atuação junto a diferentes grupos de crianças e adolescentes, potencializando o alcance de suas práticas pedagógicas.

A atuação dos profissionais da educação envolve uma gama de responsabilidades que extrapolam as práticas alimentares e recreativas, englobando também responsabilidades indispensáveis à saúde e à manutenção da segurança no contexto escolar, evidenciando, assim, a complexidade e a relevância de suas funções (Langwinski et al. 2023). Em consonância com essa perspectiva, Silva e Silva (2023) corroboram a visão de que o papel do professor vai além da mediação do conhecimento, estendendo-se ao cuidado com a segurança e o bem-estar de um número expressivo de alunos sob sua responsabilidade. Trata-se de uma tarefa que demanda atenção constante e grande senso de responsabilidade. Reconhecendo esse desafio, os autores ressaltam a urgência da oferta de capacitações permanentes, com ênfase em primeiros socorros, como forma de garantir que os docentes estejam aptos a intervir de maneira eficaz em situações críticas, prevenindo como a que resultou na morte do menino Lucas Begalli.

Em estudo publicado em 2025, por Lopes e Fonseca, apresentou que os principais incidentes enfrentados pelos professores no ambiente escolar estão inclusas as fraturas; o traumatismo craniano; a obstrução de vias aéreas por corpos estranhos; os cortes causados por utensílios como lápis e tesouras, além de ingestão acidental de produtos de limpeza e higiene. Também foram relatados episódios de tontura, crises convulsivas, desmaios e mal súbitos. Tais resultados estão alinhados com os encontrados por outros autores, como Cirilo et al. (2025), onde também apontou que os acidentes mais frequentes foram sangramento nasal, cortes e machucados diversos, fraturas, mordidas, obstrução de vias aéreas por corpos estranhos e entorses.

Para atuar nas situações de emergência, o professor precisa ser capacitado, considerando a alta incidência de ocorrências no ambiente escolar, bem como também o risco de ações inadequadas decorrentes da falta de preparo. Contribuindo, assim, não apenas para a adoção de condutas corretas, mas também para o empoderamento dos docentes, promovendo maior segurança e confiança no enfrentamento de situações emergenciais.

Neste estudo, quando questionados sobre a participação prévia em treinamentos de primeiros socorros, apenas 13,6% dos professores afirmaram já ter recebido algum tipo de formação nessa área. Além disso, 81,9% relataram que não lhes foi ofertada nenhuma capacitação pela instituição em que atuam, o que evidencia uma lacuna importante na formação continuada desses profissionais e reforça a necessidade de investimentos em atividades formativas voltadas à saúde e segurança escolar.

Os docentes também relataram que, diante de emergências, costumam ser tomados por sentimentos de medo e nervosismo, o que pode comprometer a tomada de decisões e a execução de procedimentos adequadamente. Tais reações emocionais estão frequentemente associadas à ausência de conhecimento técnico sobre como agir. Ainda assim, os profissionais demonstram disposição para prestar ajuda, mesmo diante da insegurança, o que destaca a urgência da implementação efetiva da Lei Lucas, de modo a assegurar que todos os educadores estejam preparados tecnicamente e emocionalmente para lidar com situações emergenciais no contexto escolar. Nesse contexto, um estudo ressaltou que, em uma pesquisa realizada na região Nordeste, foi demonstrado que os educadores expressaram sentimentos de angústia, apreensão e medo decorrentes da insegurança quanto à conduta correta em situações que envolvem risco potencial à vida (Amadigi et al. 2022).

Outro fato preocupante identificado na pesquisa refere-se à presença de kits de primeiros socorros nas escolas. A maioria apontou que os kits disponíveis não atendem à demanda da instituição, o que compromete diretamente a eficácia em situações de urgência. Ainda que

alguns estabelecimentos possuam esses materiais, sua presença por si só não garante uma resposta eficiente, pois grande parte dos profissionais não possui o conhecimento ou a capacitação necessária para utilizá-los corretamente. Além disso, 18,2% afirmaram que a escola não possui kits de primeiros socorros, enquanto 9,1% não souberam responder, o que evidencia a fragilidade na organização e no conhecimento sobre os recursos de emergência disponíveis no ambiente escolar.

Tal cenário torna-se ainda mais preocupante quando confrontado com as diretrizes estabelecidas pela denominada Lei Lucas, a qual estabelece a obrigatoriedade de que instituições de ensino e ambientes de recreação infantil mantenham kits de primeiros socorros devidamente acessíveis, em conformidade com as orientações de entidades especializadas em atendimento pré-hospitalar e situações de urgência e emergência (Silva et al. 2023).

A capacitação oferecida aos professores resultou em uma melhora significativa na percepção de aptidão dos profissionais quanto ao atendimento a alunos em situações de emergência. Anteriormente a capacitação, observou-se que, no que se refere ao manejo de crises convulsivas e de paradas cardiorrespiratórias (PCR), os profissionais demonstraram uma frequência menor de erros. No entanto, após o treinamento, constatou-se um avanço ainda mais expressivo nos índices de acertos.

Por outro lado, nas questões relativas à obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) e à síncope, o questionário aplicado previamente à capacitação revelou um número significativamente maior de erros, em comparação com os demais cenários abordados. Esses dados indicam uma lacuna pré-existente no conhecimento dos docentes sobre essas condições específicas. Após a capacitação, houve um aumento substancial no número de respostas corretas, confirmando a eficácia do treinamento na promoção do conhecimento teórico e prático necessário para o adequado enfrentamento dessas situações.

Em todas as situações-problema apresentadas nas Tabelas 3 e 4, foi inserida a alternativa “não sabe”, com o objetivo de estimular os profissionais a responderem apenas às questões sobre as quais possuíam segurança conceitual, para evitar respostas baseadas em suposições. Após a realização do treinamento, verificou-se que nenhum dos participantes fez uso dessa opção, o que evidencia um aprimoramento no nível de compreensão dos conteúdos retratados.

O estudo de Rezer e Parro (2023) apresenta uma pesquisa realizada por outros autores na cidade de São Paulo, com 35 profissionais da educação infantil, ensino fundamental e médio. A investigação avaliou os conhecimentos teóricos e habilidades práticas antes e depois de uma capacitação de duas horas. Os resultados demonstraram uma evolução significativa: a

pontuação média nas habilidades aumentou de 19,43 para 174,57 pontos, e no conhecimento teórico, de 2,91 para 9,17 pontos, confirmando a eficácia do treinamento.

Como os protocolos e diretrizes de primeiros socorros são atualizados a cada quatro ou cinco anos, torna-se indispensável a realização de treinamentos frequentes. Nesta conjuntura reforça a importância da Lei Lucas, que já previa os benefícios da qualificação profissional em situações emergenciais (Moreno; Fonseca, 2021). Essa necessidade de treinamentos contínuos também é destacada por Silva et al. (2023), que enfatizam a importância de capacitações regulares, especialmente de forma anual. Essas formações garantem maior preparo diante de emergências.

Diante disso, fica evidente que a atualização constante do corpo docente não é apenas uma exigência normativa, mas uma medida essencial para a segurança do ambiente escolar. A Lei Lucas, nesse sentido, não apenas legitima a necessidade de qualificação, como também aponta para uma mudança de cultura nas instituições de ensino, onde o cuidado com a vida passa a ser parte integrante da formação profissional dos educadores.

6 CONCLUSÃO

A Lei nº 13.722/2018 foi criada como resposta à recorrência de acidentes e situações de emergência em ambientes escolares em todo o país. Seu principal propósito é garantir que os profissionais da educação recebam capacitação em primeiros socorros, promovendo a segurança e o bem-estar dos alunos e tornando as escolas espaços mais preparados para lidar com imprevistos.

Na instituição analisada, o quadro de funcionários é composto, em sua maioria, por mulheres com idade entre 30 e mais de 40 anos. Grande parte desses profissionais possui formação exclusivamente voltada para a área da educação, com graduação em Pedagogia obtida há mais de sete anos e conta com mais de 20 anos de experiência exclusivamente no ensino.

No entanto, observa-se que, apesar da longa trajetória profissional, o conhecimento dos professores dos anos iniciais sobre primeiros socorros é insuficiente para que possam prestar um atendimento adequado em situações de urgência e emergência envolvendo os alunos, conforme constatado na realidade de uma instituição localizada em um município do interior do Maranhão.

Este trabalho se destaca por ser uma iniciativa pioneira no município, ao abordar a relação entre a Lei nº 13.722/2018 e a realidade local das instituições escolares. A ausência de estudos anteriores na região reforça a relevância da pesquisa e sua contribuição para o avanço do debate sobre segurança e capacitação no ambiente escolar.

Os resultados desta pesquisa possuem benefícios significativos de natureza social e educacional, uma vez que podem incentivar instituições de ensino a adotarem medidas voltadas à segurança no ambiente escolar. Entre esses benefícios, destacam-se a promoção de treinamentos com profissionais da saúde, a criação de espaços adequados para atendimentos emergenciais e a disponibilização de kits de primeiros socorros.

A inserção do ensino de primeiros socorros nas escolas não só contribui para a formação de profissionais mais preparados, como também fortalece a educação em saúde, promovendo benefícios duradouros para toda a comunidade escolar.

A escassez de produções científicas sobre a legislação abordada neste estudo representou uma das principais limitações encontradas, uma vez que dificultou o aprofundamento teórico. Embora a temática seja de grande relevância para o cenário educacional, torna-se evidente a necessidade de incentivar novas investigações acadêmicas, que abordem essa temática de maneira crítica, fundamentada e de forma sistemática. Recomenda-se, para investigações futuras, a ampliação da amostra e a inclusão de diferentes realidades educacionais, a fim de enriquecer as análises e permitir maior validade dos resultados.

Outro aspecto limitador relevante refere-se ao número reduzido de profissionais envolvidos, todos pertencentes a uma única escola da rede de ensino, o que restringe a possibilidade de generalização dos dados obtidos. Soma-se a isso o fato de que os questionários foram aplicados em um único dia, devido às limitações impostas pela rotina dos docentes, o que pode ter impactado, ainda que minimamente, a qualidade das respostas. Embora tais desafios metodológicos tenham surgido, é importante destacar que os objetivos da pesquisa foram plenamente alcançados.

Neste estudo, considera-se que a prática foi fundamental para a assimilação e fixação dos conteúdos abordados, evidenciando a importância de capacitações que aliem teoria e prática. Recomenda-se, portanto, que novas formações sejam oferecidas de maneira contínua e periódica, a fim de garantir a atualização e o preparo constante dos profissionais da educação.

Diante dos aspectos analisados, espera-se que as autoridades educacionais e governamentais adotem medidas para a implementação do ensino de primeiros socorros nas redes públicas e privadas de ensino, promovendo, assim, uma política integrada de saúde, segurança e educação de qualidade. É imprescindível que gestores públicos reconheçam a relevância do tema e destinem recursos financeiros, humanos e materiais, assegurando tanto a capacitação adequada dos educadores quanto a disponibilização de kits de primeiros socorros completos e acessíveis.

REFERÊNCIAS

- AMADIGI, F. R. et al. Posturas e conhecimentos de educadoras em relação aos primeiros socorros na escola. **Revista Saberes Plurais: Educação na Saúde**, [s.l.], v. 6, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.54909/sp.v6i2.127296>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/saberesplurais/article/view/127296/87733>. Acesso em: 01 jul. 2025.
- ANDRADE, P. M. C. et al. Abrangência do Programa Saúde na Escola em Vitória de Santo Antão-PE. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 62-71, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E304>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/qpmN5skdVgMXjhQ3cyCVmWj/?lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- ANTONELLI, B. C. et al. Programas de educação em saúde em escolas para adolescentes: revisão integrativa da literatura. **Revista Distúrbios Da Comunicação**, São Paulo, v. 35, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/57887/42440>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- BARONI, J. G.; SILVA, C. C. B. Percepção de profissionais da saúde e da educação sobre o Programa Saúde na Escola. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 103-115, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E307>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CbyxQ6xsPjX5sgvYsfmRZTh/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2024.
- BESSA, P. H. C. et al. **Nível de conhecimento do suporte básico de vida: do direito ao profissional de saúde: Uma revisão integrativa. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [s.l.], v. 12, n. 8, p. 1-8, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i8.42987>. Acesso em: 27 maio 2024.
- BRASIL. **Lei Nº 13.722, de 4 de outubro de 2018**. Dispõe sobre a obrigação da capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2018/lei/l13722.htm. Acesso em: 15 mai. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. [livro eletrônico]. Brasília, e. 2, p. 46, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_gestao_trabalho_educacao_saude_2ed.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.
- BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente: normas correlatadas**. Brasília, 2022. E-book. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.
- CIRILO, L. V. S. et al. Capacitação em primeiros socorros para alunos e professores de instituições de ensino público na região do Xingu. **Revista Eletrônica Acervo Saúde – REAS**. [s.l.], v. 25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25248/REAS.e18370.2025>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/18370/10316>. Acesso em: 01 jul.

2025.

CORREIA, L. F. R. et al. A importância do ensino e aprendizagem de técnicas de primeiros socorros para leigos: revisão integrativa. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 16, p. e11605, 2024. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/11605/12216>. Acesso em: 20 maio 2024.

CRUZ, K. B. et al. Aptidão, conhecimento e atitude de profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [s.l.], v. 12, p. e7, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769266542>. Acesso em: 26 maio 2024.

CRUZ, K. B. et al. Intervenção educativa em primeiros socorros para profissionais da educação infantil: um estudo quase experimental. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [s.l.], n. 45, e20240040, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2024.e20240040.pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CUNHA, M. W. N. et al. Conhecimentos de funcionários de creches sobre primeiros socorros com crianças antes e após treinamento ativo. **Revista Ciência, Cuidado & Saúde**, [s.l.], v. 20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/54591/751375151781>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FALEIROS, I. B. et al. Capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários do ensino fundamental e médio. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 13, p. 930 – 935, 2021. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9649>. Acesso em: 25 maio 2024.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

ILHA, A.G. Ações educativas sobre primeiros socorros para professores da educação infantil: Um estudo quase-experimental. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, [s.l.], v. 55, e20210025, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reecusp/a/rkj5nHyVVSTj7H4cJKXfD6c/?lang=en>. Acesso em: 01 jul. 2025.

LANGWINSKI, A. et al. Intervenção educativa sobre obstrução das vias respiratórias para professores de educação infantil: estudo quase-experimental. **Revista Gaúcha de Enfermagem – RGE**, [s.l.], v. 44; e20220335, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2023.20220335.pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngen/a/xGFQBrXJcqBvpDLWtTHSz9q/?lang=en>. Acesso em: 01 jul. 2025.

LIMA, P. A. et al. Primeiros socorros como objeto de educação em saúde para profissionais de escolas municipais. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [s.l.], v. 11, e10, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179769243292>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LOPES, M. P; FONSECA, L. R. D. **O Uso do Design Thinking no desenvolvimento de ações formativas em Primeiros Socorros**: Uma experiência com profissionais da Educação Básica. Belo Horizonte, **Revista Educação em Revista**, [s.l.], v. 41, e49557, 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469849557>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/XVyZM9XY5B66GFmDRkgSzzQ/?lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2025.

LOUREIRO, A. C. L. B. et al. A importância da popularização de primeiros socorros nas escolas para salvar vidas: Uma revisão integrativa. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 25, n. 291, p. 8404–8417, 2022. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2677/3250>. Acesso em: 27 maio 2024.

LUQUEZ, T. M. S. et al. **Escola como ambiente de fazer saúde**: estudo participativo com educadores. **Online Brazilian Journal of Nursing**, [s.l.], v.18, n.1, 2020. DOI: 10.17665/1676-4285.20196273. Disponível em: <https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/6273>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MALACARNE, J. A. D.; Rocha, M. B. Educação Física escolar e a Educação em Saúde: Uma análise em dissertações e teses brasileiras. **Rev. Brasileira de Ciências do Esporte**, [s.l.], e. 45, 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/rbce.45.e009622>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/Zs46RmbzSjDSj94fVLc9XpF/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MELLO, K. C. et al. Metodologias educativas na aprendizagem de primeiros socorros em escolas: Revisão de Escopo. **REME – Revista Mineira de Enfermagem**, [s.l.], v. 27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/38536>. Acesso em: 25 maio 2024.

MONTE, G. L. A. et al. Conhecimentos dos educadores do ensino fundamental de escolas públicas sobre primeiros socorros. **Revista Praxis**, [s.l.], v. 17, n. 31, 2025. DOI: <https://doi.org/10.47385/praxis.v18.n31.5215>. Disponível em: <https://unifoa.emnuvens.com.br/praxis/article/view/5215/3600>. Acesso em: 01 jul. 2025.

MONTEIRO, G. **Demonstração e Importância da Aplicação da Lei Lucas nas Escolas Públicas e Privadas**. Orientador: Betina Rubin da Silva. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro Universitário FADERGS, Porto Alegre, 2023.

MORENO, S. H. R.; FONSECA, J. P. S. **A importância das oficinas de primeiros socorros após implantação da lei Lucas**: a vivência de um colégio. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 4661-4674, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n2-053>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25702/20554>. Acesso em: 4 jul. 2025.

NASCIMENTO, M. S. A. et al. Conhecimento dos profissionais de enfermagem acerca do suporte básico de vida. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, [s.l.], v. 14, p. 1–9, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v14.11809>. Acesso em: 25 maio 2024.

NASCIMENTO, T.S. et al. **Educação em saúde com adolescentes escolares**: uma ferramenta estratégica do profissional de saúde no enfrentamento da hanseníase. **Revista Artigos. Com**, [s.l.], v. 28, e7330, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/7330>. Acesso em: 23 jun. 2024.

OLIVEIRA, B. R. D. et al. Percentual de acertos em questões sobre suporte básico de vida em profissionais da educação. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 24, n. 282, p. 6421–6424, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/nursing.2021v24i282p6421-6424>. Acesso em: 25 mai. 2024.

PROCÓPIO, G. B.; CAMPOS, A. C. V. Percepção dos professores da educação básica sobre o Programa de Saúde na Escola em Marabá, PA. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 1, n. 3, p. 10-23, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/991/1220>. Acesso em: 23 jun. 2024.

REIS, M. S. **Percepção de habilidades sobre Primeiros Socorros de Professores da rede de ensino básico de Floriano**. Orientador: Jailson Alberto Rodrigues. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Universidade Federal Do Piauí – UFPI, Floriano, 2023.

RESENDE, R. T. et al. Conhecimento dos acadêmicos de enfermagem sobre suporte básico de vida. **Revista de enfermagem UFPE online**, [s.l.], v. 13, n. 5, p. 1231-1236, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/238984/32187>. Acesso em: 8 jun. 2024.

REZER, F.; PARRO, G. D. R. Importância das práticas educativas sobre Primeiros Socorros para Profissionais da Educação Básica. **Revista da Saúde da AJES – SAJES**, Juína/MT, v. 9, n. 17, p. 108 – 120, 2023. Disponível em: <https://www.revista.ajes.edu.br/index.php/sajes/article/viewFile/586/486>. Acesso em: 4 jul. 2025.

RIBEIRO, J. V. R; ESTEVES, R. Z. Proposta de um programa de conteúdos sobre Suporte Básico de Vida para as licenciaturas. **Revista Contribuições para as Ciências Sociais**, [s.l.], v. 17, n. 5, e6537, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.5-154>. Acesso em: 8 jun. 2024.

ROSA, L. F. N. et al. Conhecimento de estudantes de saúde sobre Suporte Básico de Vida. **Espaço para a Saúde - Revista de Saúde Pública do Paraná**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 6 – 15, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/01/1353858/691-texto-do-artigo-2238-1-10-20201223.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ROSÁRIO, R. S. et al. Implementação da Lei Lucas - Lei nº13.722/18 Através do treinamento em Suporte Básico de Vida para profissionais de Educação, de uma escola em Tracuateua, Amazônia – Brasil. **Nova Revista Amazônica**, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 145, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/16436/11005>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTOS, A. P. M. et al. Conhecimentos e habilidades dos profissionais da atenção primária à saúde sobre Suporte Básico de Vida. **HU Revista**, [s.l.], v. 45, n. 2, p. 177–184, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/26815>. Acesso em: 17 maio 2024.

SANTOS, E. T. P. **Eficácia da formação online na melhoria dos conhecimentos e da auto percepção para iniciar manobras de SBV na população adulta**. 2019. f. 78. Dissertação (Mestrado em Enfermagem à Pessoa em Situação Crítica) - Politécnico de Leiria, Leiria, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.8/4705>. Acesso em: 24 jun.2024.

SÉ, A. C. S. et al. Atualização de trabalhadores de Enfermagem em Suporte Básico de Vida. **Revista de enfermagem UFPE online**, [s.l.], v. 13, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.241981>. Acesso em: 17 maio 2024.

SILVA, A. A. F; OLIVEIRA, G. S; ATAÍDES, F. B. **Pesquisa-ação: Princípios e fundamentos.** **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2021. Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/39/30>. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, A. C. J. P. et al. Primeiros Socorros na Escola, papel da Enfermagem e a contribuição da Lei Lucas. **Revista Contemporânea**, [s.l.], v. 3, n. 9, p. 14446–14462, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N9-051. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Contempor%C3%A2nea+051.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SILVA, I. P.; SILVA, J.D.N. **Primeiros Socorros no Ensino Fundamental: o que os professores sabem.** **Revista Communitas**, [s.l.], v. 7 n. 16, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/268346.7.16-21>. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/7097>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SILVA, N. C. R. et al. Avaliação da prática de ensino sobre Suporte Básico de Vida (SBV) apoiada na literatura existente com foco na sequência CABD: Uma revisão integrativa. **Revista Científica Da Faminas**, [s.l.], v. 16, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/618>. Acesso em: 17 maio 2024.

SOUZA, C. C. et al. Ensino de Suporte Básico de Vida para Estudantes de Escolas Públicas. **Revista Extensão**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 31–41, 2024. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/9005>. Acesso em: 24 jun. 2024.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS COROATÁ
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Inicial/Nome de Identificação do participante:
1.Idade: Até 25 anos () 25 a 30 anos () 30 a 40 anos () 40 anos ou mais ()
2.Sexo: M () F ()
3.Raça: Branca () Preta () Parda () Amarela ou Indígena ()
4.Estado civil: Solteiro () Casado () Viúvo () Divorciado () Outro ()
5. Tempo (anos e meses) de serviço: Até 5 anos () 5-9 anos () 10-14 anos () 15-19 anos () 20 anos ou mais ()
6. Titulação máxima: Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado () Outro:
7. Em relação a sua titulação, qual a área? _____
8. Contém vínculo em outra instituição de ensino? SIM () NÃO ()
9. Tempo (anos e meses) de formação: _____



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS COROATÁ
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE B
CONHECIMENTOS DE DOCENTES SOBRE PRIMEIROS SOCORROS

Inicial/Nome de Identificação do participante:
1. Você tem treinamento em primeiros socorros? SIM () NÃO ()
2. Já foi oferecida alguma capacitação sobre primeiros socorros na unidade escolar onde você trabalha? SIM () NÃO () NÃO SEI ()
3. Quais as situações de emergência você já presenciou: Trauma () Fratura, entorse ou luxações () Engasgo () Violência autoprovocada () Parada cardiorrespiratória () Desmaio () Convulsão ou crise epiléptica () Não presenciei () Outra: _____
4. Qual foi sua reação diante dessas situações? (Responder caso tenha presenciado alguma situação de emergência). Tentou ajudar () Liguei para os pais () Liguei para um serviço especializado () Procurei ajuda de colegas () Outra: _____
5. Qual seu sentimento a frente desses casos? (Responder caso tenha presenciado alguma situação de emergência). Medo () Nervoso (a) () Calmo (a) () Outro: _____
6. Você tem conhecimento da presença de kits emergenciais na escola que você trabalha? Possui todos os equipamentos () Possui, mas insuficiente () Não possui ()

Não sei ()

7. A Lei Lucas, sancionada no Brasil em 2018, visa garantir a segurança de crianças e adolescentes no âmbito escolar. Dentre as opções citadas, qual está presente na lei?

Estabelece que as aulas de primeiros socorros façam parte do currículo ()

Exigi que todas as escolas instalem sistemas de monitoramento de vídeo para garantir a segurança dos alunos durante o período escolar ()

Garantir que as escolas possuam treinamentos para funcionários sobre primeiros socorros ()

Não sei responder ()

2 - SITUAÇÕES PROBLEMAS

Situação 1:

Um de seus alunos estava se alimentando quando no horário de lanche apresenta sinais de engasgamento e não consegue respirar. Nesse momento, qual das condutas você realizaria?

- () Bato nas cotas com força até desengasgar;
- () Ligo para uma ambulância em último caso;
- () Mando o aluno ficar de cabeça para baixo;
- () Oferto água com intuito de desengasgar;
- () Realizo a manobra de Heimlich;
- () Não sei responder.

Situação 2:

Quando no horário de sua aula uma de suas alunas apresenta sinais característicos de uma crise convulsiva. Nesse momento, qual das condutas você realizaria?

- () Abria a boca da vítima e puxava sua língua para evitar sufocamento;
- () Protegeria sua cabeça para evitar impactos com o solo e afastaria os objetos próximos para evitar possíveis acidentes;
- () Se afastava para evitar o contágio com sua saliva;
- () Não sei responder.

Situação 3:

Ao final de sua aula um de seus alunos cai no chão inconsciente. Você verifica e percebe que ele não está respirando e não sente pulso. O mesmo está em parada cardiorrespiratória. Nesse momento, qual das condutas você realizaria?

- () Colocaria o aluno em um carro e se deslocava até uma assistência de saúde mais próximo;
- () Ficava sobre observação até a chegada do SAMU;

- ☐ Iniciaria a RCP imediatamente e pediria para alguém chamar os serviços de emergência;
- ☐ Levantaria suas pernas para cima com o intuito de auxiliar no retorno sanguíneo até o coração;
- ☐ Não sei responder.

Situação 4:

Em uma atividade escolar ao ar livre, uma de suas alunas desmaia. Ela está respirando, mas não responde aos estímulos. Nesse momento, qual das condutas você realizaria?

- ☐ Afastaria todos os alunos e ficaria observando até que ela acordasse.
- ☐ Colocaria a aluna em posição lateral de segurança e observaria sua respiração.
- ☐ Pediria para que alguém chamasse a emergência, aguardando até que ela acordasse.
- ☐ Não sei responder.

Situação 5:

Durante uma aula, uma aluna começa a ter uma convulsão. Ela está se contorcendo no chão e os outros alunos estão nervosos. Nesse momento, qual das condutas você **NÃO** deve realizar?

- ☐ Coloco um pano na boca dela para evitar que morda a língua;
- ☐ Daria água para ajudar a acalmar a criança;
- ☐ Manteria a calma, afastaria os alunos e protegeria a cabeça dela.
- ☐ Protegeria a cabeça da criança e garantiria um ambiente seguro.
- ☐ Não sei responder.

Situação 6:

Durante o recreio uma criança começa a engasgar com uma bebida e não está conseguindo tossir. Ela está começando a ficar pálida e desesperada colocando a mão sobre o pescoço, como sinal de engasgo. Nesse momento, qual das condutas você realizaria?

- ☐ Continuaria incentivando tossir e esperando até que ela se recupere
- ☐ Levaria a Unidade de Saúde mais próxima;
- ☐ Oferecia um pouco mais de bebida para tentar ajuda - lá a desengasgar;
- ☐ Realizaria a manobra de Heimlich imediatamente; sozinha;
- ☐ Não sei responder.

Situação 7:

Ao se deparar com um aluno em parada cardiorrespiratória, você não tem um desfibrilador à disposição, mas precisa iniciar a reanimação. Nesse momento, qual das condutas você realizaria?

- ☐ Colocaria o aluno em posição lateral de segurança;
- ☐ Pediria para alguém buscar o desfibrilador;
- ☐ Realizaria a RCP (compressões torácicas) ininterruptas até a chegada do socorro médico ou desfibrilador;
- ☐ Não sei responder.

Situação 8:

Durante uma atividade escolar, um de seus alunos desmaia repentinamente e cai no chão. Você percebe que ele está pálido e sem reação. Nesse momento, qual das condutas você realizaria?

- ☐ Colocaria o aluno deitado, elevando suas pernas para ajudar na circulação e aguardaria a recuperação.
- ☐ Pediria para alguém chamar uma ambulância e aguardaria.
- ☐ Tentaria acordá-lo esfregando suas mãos ou aplicando água no rosto.
- ☐ Não sei responder.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS COROATÁ
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

APÊNDICE C
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Coroatá - MA, 16 de maio de 2025.

Prezado (a) Senhor (a), você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa cujo título é Lei Lucas: Análise do Conhecimento Teórico-Prático em Primeiros Socorros entre Professores das Séries iniciais de uma Instituição Escolar, que tem como objetivo geral: Avaliar o nível de conhecimento em primeiros socorros dos professores dos anos iniciais em uma unidade escolar localizada em um município do interior do Estado do Maranhão, sob a orientação do professor Me. Matheus Henrique da Silva Lemos.

A sua participação consistirá em responder a um formulário sobre o assunto abordado e treinamento. Posteriormente, essas informações serão organizadas, analisadas, divulgadas e publicadas em revistas científicas da área da saúde, sendo a sua identidade preservada em todas as etapas, desde a coleta até a divulgação do estudo.

É importante que você compreenda que são assegurados o anonimato e o caráter privativo das informações fornecidas exclusivamente para a pesquisa. Você não será identificado em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados sob qualquer forma, pois será adotado um código para esta finalidade.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo e nem receberá qualquer vantagem financeira, uma vez que as entrevistas e observações acontecerão no dia e local que você realiza suas atividades profissionais. Você pode perguntar qualquer coisa sobre a pesquisa e estará livre para aceitar ou recusar-se a participar. Se desistir de participar, poderá retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Quanto aos riscos da pesquisa, estes, podem apresentar-se quanto ao possível constrangimento, vergonha ou sentimento de desconforto leve, no entanto, serão minimizados pela padronização da abordagem do pesquisador e imediata interrupção do questionário e treinamento, caso seja solicitado pelo participante, sendo dado tempo suficiente para retomada quando o sujeito assim desejar, ou encerramento da análise caso o pesquisador observe qualquer

condição desfavorável à sua continuação. Além disso, o treinamento será adaptado às limitações individuais dos participantes, permitindo que eles optem por não participar de qualquer atividade que cause incomodidade ou dor.

Tais riscos serão reduzidos ao máximo por meio do respeito aos princípios e normas éticas, principalmente a liberdade de desistência de participação do estudo, confidencialidade e anonimato.

Se você aceita participar, assine o presente documento, nas duas vias de igual teor. Uma cópia ficará em seu poder e a outra será arquivada em um local seguro pelo pesquisador responsável.

Havendo qualquer dúvida e/ou questões éticas relativas a esta pesquisa, entrar em contato com a UEMA Campus Coroatá, sob coordenação de Lília Maria da Silva Gomes, o qual está localizado na Avenida Novo Marajá, 350 - Marajá, ou ainda pelo telefone (98) 2016-8179 e endereço eletrônico campuscoroata@gmail.com. Ressalto que a sua aceitação em participar da pesquisa será importante para que possamos colaborar para uma reflexão sobre as nível de conhecimento em primeiros socorros dos professores dos anos iniciais em uma unidade escolar localizada em um município do interior do estado do Maranhão.

Agradecemos a sua contribuição e colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que forem necessários.

Eu _____ após ter lido e compreendido as informações acima, concordo em participar da pesquisa e autorizo a utilização dos dados para esta pesquisa.

Assinatura (Participante)

Rayane Katlen dos Santos (Pesquisador)

Me. Matheus Henrique da Silva Lemos (Orientador)

ANEXOS

ANEXO A
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ – MA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERVISÃO DE ENSINO
CNPJ: 06.331.110/0001-12
COROATÁ/MA

Assunto: Autorização para realização de pesquisa acadêmica

Eu, Eldo de Melo Viana, na condição de Secretário Municipal de Educação do município de Coroatá, venho, por meio deste, autorizar a aluna Rayane Katlen dos Santos acadêmica da UEMA a realizar pesquisa acadêmica nas dependências da Escola Militar CMCB Corpo de Bombeiros, 2 de Julho, XIV.

A pesquisa proposta pela aluna aborda o tema "Lei Lucas: Análise do conhecimento teórico-prático em primeiros socorros entre professores das séries iniciais de uma instituição escolar". O objetivo principal deste estudo é avaliar o nível de conhecimento em primeiros socorros dos docentes dos anos iniciais da referida unidade escolar, contribuindo assim para a formação de dados e a análise crítica sobre a aplicabilidade da Lei Lucas no contexto escolar.

A Secretaria de Educação reforça o interesse pela realização desse tipo de trabalho, que visa a segurança e a formação contínua dos professores em práticas de primeiros socorros. Desta forma, contamos com o apoio e a colaboração de toda a equipe escolar para facilitar a realização da pesquisa, dentro dos parâmetros éticos e metodológicos previamente acordados.

Para tanto, solicitamos que a aluna Rayane Katlen dos Santos tenha acesso às informações necessárias e ao corpo docente para a coleta de dados, respeitando-se as diretrizes internas da escola e todas as normas de segurança e privacidade exigidas.

Atenciosamente,
Secretário Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Coroatá

Coroatá, 07 de novembro de 2024.

ELDO DE MELO VIANA
Secretário Municipal de Educação
Decreto 13/2021

ANEXO B

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE CAXIAS -
CESC/UEMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LEI LUCAS: TREINAMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS ENTRE PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE COROATÁ-MA

Pesquisador: MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 84742124.4.0000.5554

Instituição Proponente: CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.249.384

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa cujo título LEI LUCAS: TREINAMENTO EM PRIMEIROS SOCORROS ENTRE PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE COROATÁ-MA, nº de CAAE 84742124.4.0000.5554 e Pesquisador(a) responsável MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS. Trata-se de uma pesquisa do tipo pesquisa-ação. De acordo com Gil (2023), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa que engloba a participação tanto dos pesquisadores quanto dos participantes, para que juntos possam identificar e resolver problemas específicos e coletivos por meio de ações práticas. No qual, além de contribuir com as comunidades de pesquisa, proporcionará também, ação social abordagem quantitativa e descritiva dos dados.

O cenário da realização desse estudo será composto por _Colégio Militar do Corpo de Bombeiros 2 de Julho - Unidade XIV "Novo Areal I", reinaugurado em 2021 e localizado no Bairro Novo Areal, na Rua do Poço, sem número, NO MUNICÍPIO DE COROATÁ-MA.

Os participantes desta pesquisa serão professores das séries iniciais do Ensino Fundamental do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros 2 de Julho. A amostra ou população professores das séries iniciais do 1º ao 5º ano, turno matutino.

Os critérios de inclusão da pesquisa são: professores de ambos os sexos que atuam há mais de um ano em atividades docentes em escolas públicas, especificamente nas turmas de ensino fundamental dos anos iniciais, que correspondem do 1º ao 5º ano, no turno matutino

Serão excluídos da pesquisa os professores que lecionam no ensino fundamental II (6º ao

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

CEP: 65.600-000

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (98)2016-8175

E-mail: cepe@cesc.uema.br

**CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE CAXIAS -
CESC/UEMA**



Continuação do Parecer: 7.249.384

9º ano) e na EJAII, aqueles com menos de um ano de atividade, os que estão afastados ou que não desejarem participar do estudo, além daqueles que não concordarem com o termo de consentimento.

Para tanto, as informações desta pesquisa serão A coleta de dados se desenvolverá em um período de dois meses, iniciando em fevereiro e finalizando em março e só terá início após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Para a coleta de dados utilizar-se-á como instrumento de pesquisa um questionário estruturado (APÊNDICE A), com perguntas fechadas, composto por questões equivalentes aos dados sociodemográficos dos professores que atuam na respectiva escola pública da cidade de Coroatá-MA, denominada como CMCB 2 de julho XIV. Além disso, constará em outro questionário, perguntas voltadas aos conhecimentos de docentes sobre primeiros socorros e situações - problemas possivelmente vivenciados, com a finalidade de analisar o conhecimento e condutas antes e após o treinamento ofertado. Inicialmente, os dados serão analisados manualmente para verificar a existência de danos à sua integridade física ou qualquer fator que possa comprometer a leitura das informações. Em seguida, eles serão tabulados no formato digital utilizando o Microsoft Excel, versão 2021. Após essa etapa, os dados serão processados no programa BioEstat, versão 5.0, para realizar a análise quantitativa e descritiva.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL:

Avaliar o nível de conhecimento em primeiros socorros dos professores dos anos iniciais em uma unidade escolar localizada em um município do interior do estado do Maranhão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar a importância do conhecimento dos professores sobre a Lei nº 13.722;
- Relatar as atitudes adotadas aos participantes mediante situações que demandam primeiros socorros;
- Mediar acesso a práticas e ajuste do conhecimento dos participantes as práticas de primeiros socorros.
- Apresentar os conhecimentos e atitudes de professores diante de práticas de primeiros socorros.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos da pesquisa para os participantes estão coerentes com a natureza da pesquisa, os

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

CEP: 65.600-000

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (98)2016-8175

E-mail: cepe@cesc.uema.br

**CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE CAXIAS -
CESC/UEMA**



Continuação do Parecer: 7.249.384

quais: Sobre os possíveis riscos da pesquisa, eles podem incluir desconforto leve, possíveis violações de privacidade, sentimentos de constrangimento e até medo. No entanto, esses riscos serão minimizados pela possibilidade de o participante retirar o questionário a qualquer momento, se assim desejar. A mitigação desses riscos será garantida por meio do respeito aos princípios éticos e normas, assegurando a liberdade de interromper a participação no estudo. Além disso, o treinamento será adaptado às limitações individuais dos participantes, permitindo que eles optem por não participar de qualquer atividade que cause desconforto ou dor. Quanto aos potenciais benefícios, os resultados deste estudo podem fornecer informações valiosas sobre o conhecimento dos professores em relação à Lei Lucas, destacando as mudanças antes e depois dos treinamentos e enfatizando a importância de oferecer novas oportunidades de formação. Além disso, permitirá identificar como a Lei nº 13.722 está sendo implementada nas escolas e proporcionará qualificação aos profissionais para lidar com situações de emergência envolvendo alunos, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. O estudo também ajudará a aprimorar as medidas de segurança nas escolas, assegurando que estejam bem preparadas para responder a emergências médicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O Projeto é de relevância, urgente e necessário, deve ser aplicado. O pesquisador apresenta características e habilidades necessárias para desenvolver a pesquisa, conforme atestado pelo currículo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

OS Termos obrigatórios foram apresentados. O CRONOGRAMA está vigente.

Recomendações:

Recomenda-se no entanto, o que segue:

- 1 - sejam revistos os critérios de exclusão, pois estão excluídos docentes que não participam da pesquisa;
- 2- seja apontada de forma numérica a amostra, deixando claro o quantitativo de participantes e justificando. Lembrando que - Critérios de inclusão = características-chave da população-alvo que os investigadores utilizarão para responder à pergunta do estudo. E Critérios de exclusão = aspectos dos potenciais participantes que preenchem os critérios de inclusão, mas apresentam características adicionais, que poderiam interferir no sucesso do estudo ou aumentar o risco de um desfecho desfavorável para esses participantes.

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

CEP: 65.600-000

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (98)2016-8175

E-mail: cepe@cesc.uema.br

**CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE CAXIAS -
CESC/UEMA**



Continuação do Parecer: 7.249.384

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa está aprovado e pronto para iniciar a coleta de dados e as demais etapas referentes ao projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2457424.pdf	12/11/2024 22:55:01		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ASSINADA.pdf	12/11/2024 22:53:30	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_DE_UTILIZACAO_DOS_DADOS.pdf	12/11/2024 22:45:23	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_INSTITUCIONAL.pdf	12/11/2024 22:43:40	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Outros	Declaracao_de_isencao_de_conflito_de_interesse.pdf	12/11/2024 22:41:43	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_Pesquisadores.pdf	12/11/2024 22:40:57	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_COLETA_DE_DADOS.pdf	12/11/2024 22:40:38	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Outros	Oficio_para_encaminhamento_do_projeto_de_pesquisa.pdf	12/11/2024 22:39:58	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Outros	CURRICULO_LATTES_PESQUISADOR_2.pdf	12/11/2024 22:39:31	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Outros	CURRICULO_LATTES_PESQUISADOR_1.pdf	12/11/2024 22:39:16	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/11/2024 22:38:34	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_PESQUISA.pdf	12/11/2024 22:38:06	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

CEP: 65.600-000

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (98)2016-8175

E-mail: cepe@cesc.uema.br

**CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE CAXIAS -
CESC/UEMA**



Continuação do Parecer: 7.249.384

Cronograma	CRONOGRAMA_PESQUISA.pdf	12/11/2024 22:37:56	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO.pdf	12/11/2024 22:37:48	MATHEUS HENRIQUE DA SILVA LEMOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAXIAS, 26 de Novembro de 2024

Assinado por:
FRANCIDALMA SOARES SOUSA CARVALHO FILHA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Quinhinha Pires, 746 ramal 6382

Bairro: Centro

CEP: 65.600-000

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (98)2016-8175

E-mail: cepe@cesc.uema.br

ANEXO C**TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO**

(Fonte: arquivo pessoal)



(Fonte: arquivo pessoal)



(Fonte: arquivo pessoal)



(Fonte: arquivo pessoal)



(Fonte: arquivo pessoal)



(Fonte: arquivo pessoal)



(Fonte: arquivo pessoal)